

## *Escravos não sofriam tanto, diz historiador*

O historiador Celso Maria de Mello Pupo conviveu, quando criança, com muitas pessoas que haviam sido escravas e teve amigos filhos de escravos. Para ele, o que tem acontecido no Brasil nos últimos anos é um "surto de exageros em relação ao sofrimento escravo muito além do que era na realidade". Mello Pupo, responsável direto pela preservação de documentos antigos sobre Campinas — entre os quais vários impostos (chamados Siza) sobre compra de escravos, admite que houve castigos cruéis aos escravos, mas partiam de pessoas bábaras por natureza e não que os castigos fossem prática comum naquela época.

O maior argumento que Mello Pupo apresenta para contrapor-se à afirmação de castigos cruéis comuns impostos aos escravos é o de que mais da metade da população de Campinas era de cor negra ou mulato e por isso, poderiam, a qualquer momento, sublevar-se com facilidade e tomar o poder.

— O problema maior que acontecia na época da escravi-

dão era que o negro não possuía qualquer remuneração, por isso não tinha também incentivo nenhum para o trabalho — define Mello Pupo. A gratidão do senhor de escravos vinha, não raramente, no fim da sua vida, em forma de uma carta de alforria, que libertava o negro, sempre após a morte de seu senhor. Uma delas, a terceira de uma série de alforrias registradas em Campinas, foi escrita em 1798.

O escravo de nome Henrique ganhou a simpatia de seu senhor Pedro Bueno de Silveira, que lavrou sua carta de alforria: "Se morrer, ele (Antonio) fará minha sepultura. Daí, depois de tudo feito e acabado, poderá tomar o caminho que lhe parecer e peço às justiças de Sua Majestade que me dêem todo cumprimento a este desejo como se fora escritura pública, e fique todo o que quiser embarçar citado para o Tribunal Divino neste rancho dos Pinheiros, onde não tem tabe-lião, o faço de minha letra e sinal, hoje, 20 de outubro de 1798, declaro que dou liberdade a este meu escravo, depois de morrer."

"Jornal de Domingo" 8-V-1988